

**Conchavos e Permanências:
Disputas, arranjos e práticas políticas na formação das oligarquias republicanas
catarinenses (1889 – 1930).**

Diego Pacheco*

Resumo:

Este artigo tenta compreender como se desenvolveram os novos processos políticos em Santa Catarina, durante o início do período republicano. Seu objetivo é entender a formação das correntes “hercistas” e “lauristas” em Santa Catarina, procurando esclarecer os fatores que promoveram a manutenção dessas facções partidárias durante toda a Primeira República.

Palavras-Chave: República, Federalismo, eleições, política.

Title: Conspiracy and permanence: Contests, arrangement and politic practices in the formation of the republican oligarchy in Santa Catarina

Abstract: these article intents to understand the new politician process in Santa Catarina during the beginning of the Republic. At this moment there were two principal political groups in Santa Catarina: “hercista” and “laurianista” . We try to understand what promoted sustenance of those factions during all the First Republic.

Key-words: Republic, Federalism, elections, politics

A conjuntura política posterior à proclamação da república foi em todo território brasileiro marcada por disputas regionais em que as elites estaduais pleitearam o poder com as novas facções políticas fortificadas pelo jovem regime político.

Os primeiros governos federais tentaram gerar mecanismos políticos que satisfizessem as elites locais e consolidassem o novo sistema de poder em vigência. Em Santa Catarina esses arranjos não foram diferentes, pelo contrário, no Estado catarinense as contendas e arranjos políticos foram exemplares para compreendermos toda a política interna brasileira durante os primórdios republicanos.

Nesse texto procuraremos compreender os processos políticos internos que propiciaram a formação de correntes políticas dominantes, só saídas de cena na terceira década

* Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, artigo apresentado para a Disciplina História de Santa Catarina sob orientação da Profa. Dra Cristina Scheibe Wolff.

do século XX com a Revolução de 30 e a Aliança Liberal. Apesar de exemplar para compreensão do processo em nível federal, as disputas entre as elites pelo poder no Estado de Santa Catarina tiveram movimentos violentos e fortemente influenciadas por disputas externas, evidenciando uma formação partidária complexa que precisamos melhor compreender.

Estaremos evidenciando tais disputas, apresentando os atores e as facções em busca do poder e mostrando como os mecanismos eleitorais e a política interna brasileira construíram uma oligarquia estadual surgida em funções burocráticas dentro do aparelho estatal.

Em Santa Catarina havia sido indicado por Deodoro para o executivo estadual, um jovem de 25 anos recém saído da escola militar, Lauro Muller. Ao contrário dos tempos monárquicos, quando os presidentes de província eram indicados de outras regiões, Deodoro teve o cuidado de selecionar membros pertencentes à elite local para os governos estaduais. Apesar de não possuir nenhuma experiência política Muller não sofre oposição inicial.

As primeiras agitações políticas são percebidas quando Lauro Muller dissolve as câmaras municipais, remove do poder os políticos em cena desde o Império e indica como intendentes membros do partido republicano.¹

Em 1890, com a eleição para o congresso nacional, os ex-membros dos partidos conservadores e liberais são preteridos da chapa oficial, ganhando as eleições somente membros do partido republicano, dentre eles o governador Lauro Muller.

Com os resultados das eleições Muller deixa o governo para seu vice e assume sua cadeira na câmara federal.

Os primeiros anos da República foram marcados pela crise econômica e por uma conturbada situação política e social no país. Logo após um golpe militar, que implantou a república no Brasil, há um forte enfraquecimento do governo, tanto nas forças armadas quanto nas oligarquias brasileiras, o executivo fecha o congresso como medida para conservação do governo, a medida não acalma a oposição, sem saída, Deodoro renuncia.

Sobre as medidas a serem tomadas no caso da renúncia do Presidente da República, a Constituição da época era dúbia, permitindo duas interpretações contrárias: uma dizia que, se tratando do primeiro período presidencial, o vice-presidente deveria assumir a presidência, a outra previa que novas eleições presidenciais deveriam ser convocadas quando o mandato do renunciante não passasse do dois anos.² Não cabe aqui discutir qual seria a interpretação correta; o fato é que o Marechal Floriano Peixoto, com o apoio do Congresso e dizendo-se

¹ MEIRINHO, Jali. *República e oligarquia: subsídios para a história catarinense*, 1889 – 1930. Florianópolis: Insular, 1997, pg 58.

² SANTOS, Gustavo Ferreira. *Federalismo e Autoritarismo na prática constitucional da primeira República*. Dissertação de mestrado em Direito. USFC, 1996, pg 54.

flanqueado pela Constituição, assumiu a Presidência da República, acabando por incendiar de vez a situação política do país. A sua ascensão à presidência, se não causou, serviu de estopim para o aparecimento de dois movimentos antiflorianistas armados: a Revolução dos Maragatos, no Sul, conhecida como a Revolução de 1893, ou Revolução Federalista, e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro.

Com o fechamento do congresso, Muller retorna para o cargo de governador e se depara com uma forte oposição ao governo. Motivada pelo exclusivismo republicano e pelo afastamento dos blocos políticos que no Império dominavam a região.³ É importante identificarmos que nesse momento os blocos oposicionistas já se identificavam com o *federalismo*.

O federalismo invade o território brasileiro muito antes da proclamação da República, nascido nos Estados Unidos essa forma de Estado trouxe para o Brasil a consciência da necessidade de organização descentralizada, passando o Estado Federal a ser defendido mesmo por simpatizantes da Monarquia. Chegou-se até a debater um projeto de instituição da uma Monarquia Federal.⁴

A idéia de Estado Federal se contrapõe a idéia de Estado Nacional, segundo as correntes federalistas do século XIX a união entre Estado e nação acirra os conflitos internacionais transformando a luta entre povos em extermínio de raças, o contrato federativo preserva as autonomias das províncias e municípios, preservando assim a liberdade do indivíduo.⁵

Especificamente em Santa Catarina os federalistas não possuíam um ideal claro, pelo contrário, não tinham um projeto definido, envolvia pretensões distintas e fragmentadas com ambições pessoais. Variavam entre monarquistas, positivistas e parlamentaristas.⁶

A Revolução Federalista originou-se no Rio Grande do Sul, sendo animada especialmente pelas disputas políticas internas daquele Estado. Foi a deposição do Visconde de Pelotas pelos castilhistas e a conseguinte eleição de Júlio de Castilhos para o governo que fez eclodir o movimento revolucionário em fevereiro de 1893, que tinha como motivação imediata à libertação do Rio Grande do Sul.

Os revolucionários consideravam uma política estadual despótica, intolerante e danosa. Assim como em Santa Catarina eram uma miscelânea de diversas facções descontentes

³ MEIRINHO, Jali. Op. cit, pg 60.

⁴ SANTOS, Gustavo Ferreira. Op. cit, pg 08.

⁵ Ibidem, pg 16.

⁶ MEIRINHO, Jali. Op.cit, pg 67.

com a situação da época, não tinham nenhum programa ou ideologia comum. Tendências anticastilhistas, Federalistas, antiflorianistas, e mesmo separatistas acabaram por se reunir.

O que lhes serviu como elo de ligação foi apenas a concepção de que Floriano tinha rasgado a Constituição e estabelecido uma ditadura militar que deveria ser combatida. Um agrupamento nestas condições não poderia formar senão uma organização solta, sem coesão, em que cada líder era mais ou menos independente, chegando mesmo algumas facções e personalidades a hostilizarem-se abertamente.

Se no Sul já desde fevereiro grassava a Revolução Federalista, é só em setembro que eclode no Rio de Janeiro a Revolta da Armada. O Almirante Custódio José de Melo, que já em 1891 tinha-se rebelado com sucesso contra a tentativa de golpe de Deodoro, novamente rebelase, conseguindo sublevar boa parte da frota estacionada na Baía de Guanabara e colocando o Rio de Janeiro mais uma vez sob ameaça de bombardeio. A idéia de unir a Armada rebelada com os federalistas do Sul era natural, ainda mais com a crescente dificuldade daquela em sitiá-lo o Rio de Janeiro.

O encontro entre os dois movimentos aconteceria na Ilha de Santa Catarina, não por situar-se no meio caminho entre eles, mas também por ser esta um local estratégico para coordená-los e por possuir uma situação política favorável aos movimentos, situação que vamos procurar compreender.

Com a volta de Lauro Muller ao governo do Estado a onda de oposição resulta em atentados e a conseqüente renúncia do líder político, em seu lugar assume uma junta composta por federalistas e militares. No interior do estado, as agitações políticas começam a tomar proporções violentas.

O governo federal não demonstrava preferência ou hostilidade por nenhum dos dois lados. A política de Floriano quanto às disputas regionais era clara, não interferir em contendas entre as elites estaduais, política que já demonstrava a geração de uma engrenagem que mais tarde irá movimentar todo o sistema político nacional, arranjos que ficarão conhecidos como política dos governadores e terá seu auge no governo de Campos Salles.⁷

Devido a renúncia do governador em dezembro de 91 o governo federal designa em março de 92 como governador do estado o Tenente Joaquim Machado. Este - com receio da oposição sofrida por Muller - acaba incorporando ao seu governo os membros do partido

⁷ No período conhecido como “política dos governadores” o governo federal distribuía favores aos membros do congresso em troca de apoio político, o arranjo era complementado pelo controle dos governadores estaduais sobre a bancada federal.

federalistas que na época já dominavam o poder estadual, contrariando ainda mais os republicanos⁸ do interior esperavam apoio do novo governador.

Quando se inicia a luta no Rio grande do Sul, o Partido Federalista catarinense, assim como o Governo do estado declararam-se fiéis a Floriano. O Governo, receoso das complicações no Rio Grande do Sul, coloca tropas na fronteira entre os estados e aumentam o contingente policial da região.

Contudo, no final de abril, o Tenente Machado, Presidente do Estado, surpreendentemente rompe com o Governo Central. A sua mudança de posição é explicada posteriormente com a publicação de um manifesto, onde o Tenente critica a política de Floriano com relação à Santa Catarina e o modo ambíguo como a conduzia. Somando-se a isso a simpatia dos grupos políticos federalistas catarinenses pelos revolucionários gaúchos, ocorrendo em junho, em Desterro, uma grande manifestação que explicitou a solidariedade com os vizinhos sulinos.

Após denúncias e ações do poder judiciário contra o Presidente do Estado, o governo é transferido para o Vice, o também federalista Eliseu Guilherme.

Essa sequência de fatos foi aumentando a tensão, que não parou de crescer. Na capital os federalistas e no interior do estado os republicanos. Os últimos, liderados por Hercílio Luz, declaram um governo paralelo e posteriormente invadem a capital, Eliseu relata o fato posteriormente em sua mensagem anual:

“Calcule-se qual não foi a minha surpresa quando, ao voltar pela manhã do dia seguinte, encontrei o palácio cercado de estrangeiros armados e instalado n’ele o célebre sedicioso Hercílio Pedro da Luz!...”.
Nestas circunstâncias, vendo-me sem nenhum meio de ação, e disposto a livrar a todo transe a minha terra da anarquia e do banditismo, e sustentar a autonomia do estado, que não podia consentir fosse desorganizado, telegrafei ao Sr. vice-presidente da Republica, reclamando as providencias do art. 6º § 3º da Constituição Federal, para manter a minha autoridade e a ordem publica.”⁹

Floriano, prosseguindo a sua política dúbia, apóia o federalista Eliseu e recusa-se a reconhecer o governo revolucionário republicano, chegando mesmo a exonerar Hercílio Luz do cargo federal que ocupava. Sem a aprovação de Floriano, os republicanos desistem do golpe e, no início de agosto, abandonam a Capital. Floriano convida então Eliseu para ir ao Rio

⁸ Usaremos o termo “republicanos” quando nos referirmos aos membros e simpatizantes do partido republicano, usando termo já aplicado pela historiadora Rosângela Miranda Cherem em seus trabalhos sobre o começo da república em Santa Catarina, segundo Rosângela como ambos os partidos são galgados em ideais republicanos é injusto que chamássemos qualquer que fosse dos lados de “republicanos”.

⁹ Mensagem do Governado do Estado Eliseu Guilherme da Silva ao congresso representativo do Estado, 1893.

esclarecê-lo sobre a situação em Santa Catarina. Quando Eliseu está no Rio, ocorre a Revolta da Armada. Floriano prontamente coloca-o na cadeia.

Se até então Santa Catarina não havia se envolvido diretamente com a crescente guerra civil, é em setembro que entra irremediavelmente no combate. Uma parte da Armada, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme de Lorena, dirige-se para Santa Catarina, chegando a São Francisco no dia 21, e no dia 25 a Desterro. Após uma tímida resistência a Ilha capitula, e muitos de seus oficiais passam para o lado dos revolucionários.

Mas, segundo Carlos Humberto Corrêa, o comandante rebelde não tinha como objetivo a fixação do movimento na capital catarinense, o mais provável é que Lorena tenha passado para o abastecimento de força pública ao movimento e que a idéia do comandante seria ir para o Rio da Prata para justificar perante outras nações a situação de guerra interna e assim constituir um apelo à neutralidade das nações vizinhas.¹⁰

Em outubro, Laguna também cai nas mãos dos revoltosos, que começam a concentrar as tropas e receber os líderes revolucionários em Desterro. Assim, no dia 14 de outubro, é formado o Governo Provisório, sendo Guilherme de Lorena aclamado Presidente, e a cidade elevada a capital provisória da República.

Durante algum tempo as tropas revolucionárias conseguiram êxitos e avançaram para o Paraná, porém o desencontro (para não dizer hostilidades) entre os diversos grupos era tamanho que a situação, agravada com a resistência do exército legalista no Paraná e no Rio Grande do Sul, ia se tornando insustentável. Os diferentes ideais entre os membros da cúpula que liderava o governo paralelo faziam com que os conflitos internos entre seus membros culminassem na retirada de Lorena da presidência e a formação de uma junta governativa. Enquanto isso, o apoio popular aos revoltosos diminuía continuamente, dado o modo violento como se comportavam as tropas com a população pacífica.

Floriano Peixoto recorre as oligárquicas paulistas para abastecimento de materiais bélicos, soldados e dinheiro para combater os revoltosos do sul, em troca o governo federal se compromete a ter um civil paulista como chefe do novo executivo federal, a ajuda paulista é decisiva no andamento da revolução.¹¹

Os revolucionários começam a acumular derrotas. Em março de 1894 iniciam a retirada do Paraná, e, em 17 de abril, após um combate naval, a cidade de Desterro é ocupada

¹⁰ CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo*. Florianópolis: EDUFSC, 1990, pg 17.

¹¹ CHEREM, Rosângela Miranda. *Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina*. IN: BRACHER, Ana e AREND, Silvia Maria Fávero (org). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed da USFC, 2001, pg.325.

pelas forças florianistas. O Coronel Antônio Moreira César, designado interventor, chega no dia 19 e assume o governo no dia 22. Com Moreira César começam as perseguições aos envolvidos na revolução, instaurando-se uma época de terror. Denúncias e delações, verdadeiras ou não, apareciam por todos os lados, em todo o Estado. As fortalezas encheram-se de prisioneiros, incluindo personagens políticos conhecidos na cidade. Como sempre, em situações como essa muitos aproveitaram a situação para livrar-se dos seus desafetos, ainda que estes não tivessem qualquer envolvimento com a rebelião, ou para vingarem-se de violências sofridas durante o domínio Federalista. Santa Catarina foi banhada com o sangue de fuzilamentos de militares e enforcamento de civis.

Os fuzilamentos ocorreram na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim. A quantidade de fuzilados ainda é objeto de controvérsias; os números mais altos chegam a 185, os mais baixos não passam de 39. Também não há certeza se os fuzilamentos foram feitos a mando de Floriano ou se foram iniciativa do Coronel Moreira César, o fato é que ciente ou não dos fuzilamentos, Floriano envia Moreira Cezar para abafar o movimento e acabar com o governo paralelo.

Toda violência gerada durante os anos de 1893 e 1894 mostra a complexidade das disputas políticas ocorridas em todo o território brasileiro, seguiu-se ao desfecho revolucionário o governo provisório do Coronel Moreira César, governo que inaugura, segundo Carlos Lenzi, “um período em que os costumes de violência são marcantes na vida política catarinense, os governos oligárquicos catarinenses consolidam o metido de violência antipartidária do governo Moreira César”, afirmação compreensível, porem exagerada, pois vemos durante todo o período que antecedeu o governo Moreira César práticas de violências entre políticos em Santa Catarina e em todo Brasil.¹²

A vitória das forças legalistas consolida os republicanistas no poder e esvaziam as fileiras opositoras do Estado, mais do que isso, segundo Rosangela Cherem:

“Levaram a um recuo de um tipo de politização delineado anteriormente, com o envolvimento de grande parte da população na causa de oposição ao governo federal. Após Moreira César, numa sucessão de violências e medos evidenciou-se um tipo de comportamento que, de um lado, confirmava as práticas em busca de favores e proteções e, de outro, definia a ausência de qualquer mobilização em torno de alguma causa para além da individual.”¹³

¹² LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983, pg. 64.

¹³ CHEREM, Rosangela Miranda, Op. cit, pg. 333.

Os membros do PRC (Partido Republicano Catarinense) concorrem sozinhos na eleição de setembro de 1894. No final do ano Hercílio Luz toma posse do executivo estadual e a partir de então segue como uma força política estadual quase única, dividindo seu poder com Lauro Muller. Essa formação partidária unitária é comentada pelo médico e militante federalista, Duarte Schutel: “O Poder esta entregue ao partido: é o partido que governa todo o país”.¹⁴

A máquina eleitoral começa a funcionar, o controle das eleições era deixado a cargo dos municípios causando tendências situacionistas. Críticas ao sistema são percebidas freqüentemente em fontes primárias como, por exemplo, no diário de Schutel: “... eu tinha estudado a situação (eleitoral) e vira que a mentira estava dominando e que tudo era falso; o regulamento eleitoral desmascarou o poder”.¹⁵ Para Schutel o falseamento eleitoral demonstrou com nitidez os meandros dos novos dominadores republicanos. Até mesmo o governador Felipe Schmidt, em 1900, dez anos depois de Schutel, deixa transparecer sua preocupação com a configuração em que os processos eleitorais eram executados:

“As eleições realizadas no Estado têm mostrado á evidencia a necessidade de uma reforma na nossa legislação eleitoral, principalmente na parte relativa a representação da minoria”.

Estou certo de que, acentuado clara e sinceramente em lei esse direito, que é alias um preceito constitucional, serão afastados os graves inconvenientes de que resulta o falseamento do voto popular.”¹⁶

Os arranjos eleitorais são uma das peças fundamentais para a compreensão dos republicanistas no poder, tem direito a voto somente 7% da população brasileira, destes menos de metade comparecem freqüentemente no processo devido à violência praticada pelos cabos eleitorais e pela forte burocracia durante a inscrição para os votantes.¹⁷

Durante todo o período em questão a eleição era controlada pelo município, ficando a cargos dos intendentes municipais a apuração e as resoluções da eleição em seus municípios. Logicamente esse conjunto de prerrogativas disponibilizavam aos parlamentares a facilidade de manusear os resultados dos pleitos de maneira que o partido no poder tivesse vantagens.

Um outro mecanismo para o controle dos votos era o voto por “ordem de alistamento”: esse procedimento de controle nada mais é do que cada eleitor depositar seu voto na ordem de alistamento, como as urnas tinham um compartimento interno muito estreito se

¹⁴ SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu Canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002, pg 296.

¹⁵ SCHUTEL, Duarte Paranhos. Op. cit, pg 61.

¹⁶ Mensagem do presidente do Estado Felipe Schmidt apresentado ao Congresso Representativo do Estado, 11 de agosto de 1900.

¹⁷ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e o camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006, pg 15.

mantinha a ordem da votação, ficando latente o seu voto para a mesa, que ali mesmo iniciava o processo de contagem.¹⁸

Além do falseamento, das fraudes e do dificultoso processo de inscrição do eleitorado as pressões sobre os eleitores eram comuns, através de violências na “boca da urna” ou até mesmo nos locais de trabalho.”A porta de cada seção fica um indivíduo com a lista dos eleitores que votam naquela seção, assinalando com uma marca de lápis os que votam neste ou naquele partido”, assim os eleitores que contrariassem seus patrões eram freqüentemente perseguidos e demitidos.¹⁹

Todos esses arranjos mostram como o situacionismo predominava em todas as eleições da Primeira República, eles facilitaram a reprodução das oligarquias republicanistas catarinenses que através dessas estruturas eleitorais dominaram toda o período inicial da república em Santa Catarina.

Com a eliminação da oposição e o controle da máquina eleitoral surgem duas correntes que se alternaram no poder até a formação da Aliança Liberal catarinense, os blocos hercicistas e laurinistas. Ambos são mais bem compreendidos através da análise personalista de seus líderes e a forma na qual atuavam na arte da política.

Hercílio Luz era um político ligado a luta aberta, significava para os membros do partido republicano o defensor da república no estado, principalmente após o ato de invasão do Palácio Rosado²⁰ e tomada do governo através da força. Infiltrava-se nas camadas mais pobres da população. Já Lauro Muller possuía uma arte política mais diplomática, atuava através de conchavos políticos em âmbito federal.

Durante quase todo o período conhecido como República Velha, ou Primeira República, as duas figuras políticas dominaram o Estado em níveis diferenciados, Lauro Muller em âmbito nacional, normalmente ligado ao governo federal e Hercílio Luz a nível estadual, dominando o poder executivo do Estado.²¹

Para o historiador Carlos Humberto Correa a dominação de tais facções políticas só foi possível devido à falta de oposição gerada entre as elites republicanas após a revolta federalista, vai mais longe, chega a afirmar que “Num partido único onde os candidatos não

¹⁸ Ibidem, pg 16 e 17.

¹⁹ Ibidem, pg 19.

²⁰ Hoje Palácio Cruz e Souza, antigo Palácio do Governo e residência oficial do governador.

²¹ CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre Duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984, pg 19.

possuem adversários e eram escolhidos através de consenso de uma comissão ditada por um só, os políticos não dependiam da força econômica para se elegerem”.²²

Nesse sentido a oligarquia catarinense formada após a revolução de 93, esta personificada no bacharelismo e na burocracia estatal formada em centros urbano-comerciais. A oligarquia pecuarista, formada basicamente pelos Ramos, tendo como núcleo Lages, irá dominar a política catarinense com a revolução de 30, só a partir da década de 20 surge como forte oposição à oligarquia vinda da burocracia estatal.

Nesse ínterim Hercílio Luz e Lauro Muller complementaram-se, apesar de freqüentes divisões quando em formação de chapas do PRC e candidatos presidenciais, os dois principais chefes oligárquicos catarinenses compuseram de forma exemplar o sistema político que sustentou a Primeira Republica. Formados a partir da proclamação da Republica e consolidados nas violentas lutas oligárquicas de 1893 e 1894 os republicanistas catarinenses criaram os arranjos necessários para se adaptarem a engrenagem política federal da Republica Velha.

Vemos dessa forma como se adequaram às facções políticas em Santa Catarina, surgidas do funcionalismo estatal se consolidaram no poder após episódios de intensa disputa política através da qual eliminaram as correntes opositoras representantes de fluxos partidários do antigo regime.

O domínio da máquina eleitoral juntamente com os conchavos e arranjos políticos entre o governo federal, congresso e governo estadual, fazem com que as facções se complementem montando as engrenagens políticas baseadas no coronelismo e nas políticas de trocas de favores, engrenagens fortes o suficiente para deixa-las no poder até a ruptura causada pelo processo eleitoral de 1929 e a conseqüente “Revolução de 30”.

²² Ibidem, pg.26.

Bibliografia

- BRACHER, Ana e AREND, Silvia Maria Fávero (org). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed da USFC, 2001, 347p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Revolução de 1983*. IN: *História de Santa Catarina*. 3ª edição. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968. p. 244-265.
- CORREA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo*. Florianópolis: Ed da UFSC, 1990.
- CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre Duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984, 316p.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983, 384p.
- KAREPOVS, Daines. *A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e o camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed da UFSC, 1982, 127p.
- MEIRINHO, Jali. *República e oligarquia: subsídios para a história catarinense, 1889 – 1930*. Florianópolis: Insular, 1997, 216p.
- PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976, 140p.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu Canto*. Florianópolis: IHGSC, 2002, 356p.

Mensagens dos Governadores/Presidentes do Estado ao Congresso Representativo, de 1890 a 1910.